

Caio Prado Júnior e o sentido da continuidade

RICARDO LUIZ DE SOUZA

RESUMO

A OBRA E O PENSAMENTO DE CAIO PRADO JÚNIOR TOMAM COMO fundamento o conceito de sentido da colonização, a partir do qual ele formula como objetivo compreender os objetivos básicos da colonização e as estruturas centrais da formação histórica brasileira. A partir de tal conceito, é possível, porém, definirmos em sua obra a existência de um sentido da continuidade, na medida em que as estruturas coloniais perduram, segundo ele, em pleno Brasil contemporâneo, sendo a superação de tais estruturas a tarefa a ser assumida e executada pelas forças progressistas.

Palavras-chave: história, colônia, agricultura.

ABSTRACT

The workmanship and the thought of Caio Prado Júnior take as bedding the felt concept of of the settling, from which it formulates as objective to understand the basic objectives of the settling and the structures central offices of the Brazilian historical formation. From such concept, he is possible, however, to define in its workmanship the existence of a direction of the continuity, in the measure where the colonial structures last, according to it, in full Brazil contemporary, being the overcoming of such structures the task to be assumed and executed by the progressive forces.

Key words: history, colony, agriculture

QUESTÕES DE MÉTODO

Nos títulos de duas das mais importantes obras publicadas por Caio Prado Júnior – os textos que estabeleceram sua reputação como historiador e afirmaram seu pioneirismo – figuram as palavras evolução e formação e, nestas palavras, temos o núcleo do método por ele utilizado, bem como dos objetivos por ele propostos. Isto porque, perceber o sentido da evolução de um povo deve ser, para ele, o objetivo máximo de todo historiador:

É isto que se deve, antes de mais nada, procurar quando se aborda a análise da história de um povo, seja aliás qual for o momento ou o aspecto dela que interessa, porque todos os momentos e aspectos não são senão partes por si só incompletas, de um todo que deve ser sempre o objetivo último do historiador (PRADO JÚNIOR, 1976:19).

Visando alcançar tais objetivos, os três processos privilegiados por Caio Prado em sua análise do processo de formação histórica brasileira são, segundo Ianni, “o sentido da colonização, o peso do regime de trabalho escravo e a peculiaridade do desenvolvimento desigual e combinado” (IANNI, 1994:54). E, ainda, em relação à metodologia utilizada pelo autor, Rego menciona a “vocação para o concreto” perceptível em sua obra na maneira como ele “articulava categorias abstratas com descrições detalhadas sobre as condições sociais concretas de organização do Brasil”(REGO, 2000:24).

Tal “vocação para o concreto manifesta-se, por exemplo, quando, em carta escrita em 1960, Caio Prado rememora suas leituras euclidianas, e afirma: “**Os sertões** de Euclides da Cunha

não dão, em conjunto, a meu ver, uma idéia rigorosamente adequada dos sertões reais do Nordeste...Efetivamente o grande literato e primoroso estilista que foi Euclides da Cunha, se imprimira muito mais nos Sertões, que o observador e analista social” (*Apud* IUMATTI, 1999:161). O problema euclideano seria, portanto, a insuficiência de análise concreta, empírica, da realidade, embora referindo-se, por sua vez, ao processo de elaboração de **Formação do Brasil contemporâneo**, Iglésias acentue: “O texto é fruto de reflexão e larga pesquisa. Esta, parece-nos, foi feita sobretudo com documentos impressos. Caio usa fontes primárias mas impressas. Não parece ser freqüentador de arquivos, no manuseio de folhas soltas”(IGLÉSIAS, 1982:25).

Temos, portanto, um historiador pouco voltado para o levantamento de dados e fontes primárias, ao contrário, por exemplo, de um Capistrano de Abreu e de um Varnhagen — que, neste sentido, foi obsessivo — para citarmos alguns de seus antecessores ilustres, sendo esta uma despreocupação que deriva, talvez, da confluência entre história e filosofia presente na obra do autor e acentuada por Reis: “Embora Caio Prado não tenha obtido muito sucesso com suas obras filosóficas, pode-se, talvez, afirmar que predominava nele o espírito filosófico sobre o do historiador. Todas as suas obras são de síntese, e nelas ele se pergunta sobre o sentido da história brasileira”(REIS, 1999:181).

Caio Prado inovou, porém, em sua preocupação de estudar as matrizes estruturais da sociedade brasileira e de seu desenvolvimento histórico, privilegiando o estudo das contradições estruturais, dos grupos sociais enquanto agentes históricos e dos fatores geradores de tensão e mudança. E ele inovou igualmente quando, recusando a referência constante ao paradigma europeu adotada,

segundo Odália, por autores como Varnhagem e Oliveira Vianna em seu afã de compreender o Brasil, pauta sua obra pela análise da especificidade nacional: “Deslocando o problema para a compreensão do que era ou é a sociedade brasileira, Caio Prado Júnior retorna à legítima vocação do historiador, que é a de buscar as raízes de uma formação econômico-social específica” (ODÁLIA, 1989:113).

A análise do processo de formação da nacionalidade, por outro lado é, como este próprio processo, um autêntico *work in progress*. Silva Dias sintetiza, neste sentido, a intenção e o método de Caio Prado: “Preocupava-se em concretizar a formação econômica, material e geográfica da futura nacionalidade. Era preciso esperar o decurso de um processo contraditório, eminentemente econômico e social para apreender a infra-estrutura, sem deturpar a interpretação do processo histórico” (DIAS, 1989:398). E a militância de Caio Prado, por fim, tomou como base seu otimismo acerca da viabilidade da união entre teoria e prática. Segundo Iumatti, “ele imaginava ser factível desenvolver e aperfeiçoar uma teoria política que se aplicasse à especificidade da experiência histórica brasileira e apontasse as soluções práticas de que o País precisava” (IUMATTI, 1998:49).

ESCRAVIDÃO E QUESTÃO RACIAL

Caio Prado historiciza o preconceito racial. Este tem para ele, segundo Ricupero, origens históricas e sociais, e não biológicas. E Ricupero conclui: “Ou seja, ele não é, para o historiador paulista, o produto da pretensa animosidade que sempre teria existido entre os grupos étnicos, mas de certas condições históricas e sociais,

portanto, modificáveis” (RICUPERO, 2000:144). E ainda, contrariando a tendência dominante na historiografia de sua época, ele recusa-se a ver o escravo como um ser passivo, acentuando, pelo contrário:

Não se julgue a normal e aparente quietação dos escravos (perturbada, aliás, pelas fugas, formação de quilombos, insurreições mesmo por vezes) fosse expressão de um conformismo total. É uma revolta constante que lavra surdamente entre eles, e que não se manifesta mais porque a comprime todo o peso e força organizada da ordem estabelecida (PRADO JÚNIOR, 1975:45).

Apesar disto, o escravo é visto por ele como um ser socialmente degradado e pertencente a uma cultura e a um povo inferior, mais que inferiorizado. São, segundo Vainfas, “povos que Caio desqualifica um pouco por causa da escravidão, outro tanto pela inferioridade cultural e racial que lhes atribuía antes de tudo” (VAINFAS, 1999:15). A escravidão, para o negro e para o indígena, significou a passagem abrupta e forçada da barbárie para a escravidão. Segundo Caio Prado, assistimos em seu contexto, “ao recrutamento de povos bárbaros e semibárbaros, arrancados do seu *habitat* natural e incluídos, sem transição, numa civilização inteiramente estranha” (PRADO JÚNIOR, 1976:272). E o escravo, ainda, obliterou o negro como agente cultural, o que o autor acentua para marcar suas divergências com Gilberto Freyre e com a valorização da contribuição cultural deste. A escravidão, para ele, inviabilizou tal contribuição: “O escravo enche o cenário, e permitiu ao negro apenas que apontasse em raras oportunidades” (PRADO JÚNIOR, 1976:139).

A contribuição do negro e do índio é definida por Caio Prado como meramente passiva, decorrente, apenas, de sua presença, em uma conclusão, porém, que não se limita a eles, incluindo, também, os homens livres, todos exercendo, na perspectiva do autor, um papel político insignificante. E, acentuando a perspectiva do autor, Barreira ressalta, “há, neste ponto, uma impossibilidade para o autor de pensar a *questão da diferença* no interior dos movimentos populares, em virtude da fixação da idéia de *homogêneo* e de *totalitário social* (BARREIRA, 1989:108).

Caio Prado não incorre, porém, no erro de homogeneizar o negro ou o indígena; pelo contrário, ressalta sua diversidade, opondo-a à relativa homogeneidade do colonizador branco, majoritariamente europeu, e exemplifica tal diversidade com as diferentes posturas de submissão e revolta perante a dominação a qual seus membros estiveram submetidos (PRADO JÚNIOR, 1976:85). A conclusão a que ele chega, contudo, é: o índio tende ao desaparecimento; à integração definitiva que significará sua obliteração enquanto raça distinta. Tal processo deve-se, segundo ele, aos cruzamentos sucessivos e a fatores sociopáticos tais como o uso excessivo de aguardente e a ação de moléstias contagiosas. Mas deve-se, ao fim e ao cabo, à inferioridade cultural dos indígenas, gerando conseqüências que sempre se dão quando raças de níveis culturais muito distintos entram em contato, que é o domínio e desaparecimento da raça situada em patamar inferior. Conclui, então, o autor: “E não fosse o cruzamento praticado em larga escala entre nós e que permitiu a perpetuação do sangue indígena, este fatalmente estaria condenado à extinção total” (PRADO JÚNIOR, 1976:106).

Se a miscigenação é, neste sentido, fator de desaparecimento das “raças inferiores” que dela participam, encontramos na obra de Caio Prado, segundo Tucci Carneiro, o seu elogio: “O cruzamento das raças é visto como uma solução para o complexo problema da inter-assimilação das três etnias que concorreram para a formação brasileira” (CARNEIRO, 1989:351). Caio Prado ressalta, concomitantemente, a intensidade singular com a qual a miscigenação se deu no Brasil, o que torna impossível a análise da ação isolada de cada uma das diferentes raças que formaram o povo brasileiro, afirmando: “Mas são juntas que devem figurar; juntas e mesclando-se sem limites, numa orgia de sexualismo desenfreado que faria da população brasileira um dos mais variegados conjuntos étnicos que a Humanidade jamais conheceu” (PRADO JÚNIOR, 1976:107).

A passividade das mulheres negras e indígenas e a ação sem limites do português são, para ele, os fatores que geraram tal processo: “A impetuosidade característica do português e a ausência total de freios morais completam o quadro: as uniões mistas se tornaram a regra” (PRADO JÚNIOR, 1976:109). Mas a miscigenação, para Caio Prado, não foi o mal em si e assim dissocia-se dos “racistas brasileiros” e de suas idéias a respeito da “eliminação étnica”, fazendo alusão à crença nas virtudes da eugenia, ainda de largo curso no período de publicação de **Formação do Brasil contemporâneo**. A questão, para ele, é outra: “O que pesou muito mais na formação brasileira é o baixo nível destas massas escravizadas que constituirão a imensa maioria da população do país” (PRADO JÚNIOR, 1976:276).

Façamos, aqui, um paralelo com Azevedo Amaral, autor que se coloca, em termos políticos, no pólo oposto ao de Caio Prado. Nes-

te autor, a análise da questão racial fornece subsídios diretos à construção do autoritarismo, com racismo e doutrina política fundindo-se de maneira orgânica e direta (SOUZA, 2005:78). E Azevedo Amaral faz a crítica da miscigenação e de seus efeitos na formação histórica brasileira, analisando a inserção do mestiço na sociedade colonial: “A organização da economia colonial não proporcionava nos seus quadros lugar adequado às atividades desse grupo cada vez maior de elementos representativos da mestiçagem” (AMARAL, 1941:32). Há, porém, uma questão a ser ressaltada. Se Caio Prado não faz a crise da miscigenação e erige-se em crítico dos pressupostos raciais que fundamentam a obra de Amaral, ele, contudo, partilha de suas premissas e aproxima-se de suas conclusões ao analisar o papel desempenhado pelo mestiço no desenvolvimento da pecuária e na proliferação de fazendas de gado:

Mão-de-obra não falta, e não havendo escravos, bastam destes mestiços de índios, mulatos ou pretos que abundam nos sertões, e que, ociosos em regra e avessos em princípio ao trabalho, tem uma inclinação especial para a vida aventureira e de esforço intermitente que exigem as atividades da fazenda (PRADO JÚNIOR, 1976:191).

A principal consequência negativa da escravidão deu-se, entretanto, em termos culturais, em termos do que poderíamos chamar de mentalidade. Isto porque, por sua abrangência e pelo status social ínfimo concedido ao escravo, a escravidão transformou o trabalho em atividade degradante: “Torna-se muito restrito o terreno reservado ao trabalho livre, tal o poder absorvente da escravidão. E a utilização universal do escravo nos vários misteres da vida econômica e social acaba reagindo sobre o conceito do trabalho, que se torna ocupação pejorativa e desabonadora” (PRA-

DO JÚNIOR, 1976:278). A indolência que, segundo o autor, caracteriza historicamente o brasileiro deriva, portanto, da influência da escravidão, mas tem suas raízes, também, na influência do indígena, derivando de sua formação racial, pois. Se a preguiça e ócio são vistos como características de identidade, suas origens, portanto, são complexas:

Mas se a escravidão, nas suas várias repercussões, é a responsável principal por isto, há outros fatores de segundo plano que não deixam de ter o seu papel. O principal deles é a contribuição do sangue indígena, considerável como sabemos. A indolência do índio brasileiro tornou-se proverbial, e de certo modo a observação é exata (PRADO JÚNIOR, 1976:348).

O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO E SUA CONTINUIDADE

Coube a Caio Prado, segundo Novais, a primazia no sentido de caracterizar a colonização como fenômeno essencialmente comercial e como um departamento da expansão comercial européia. Com uma conseqüência: “É sem dúvida a formulação dessa categoria (ou descoberta deste “sentido”) que permitiu ao autor definir os dois setores básicos (exportação, subsistência) a partir dos quais analisa a estrutura econômica da colônia” (NOVAIS, 1969:259). E o processo de colonização é efetivamente definido por Caio Prado como uma “vasta empresa comercial” que teve, na escravidão, seu alicerce duradouro, o que o leva a concluir: “Muito poucos elementos novos se incorporarão a este cimento original da sociedade brasileira, cuja trama ficará assim reduzida quase exclusivamente aos tênues e sumários laços que resultam do

trabalho servil” (PRADO JÚNIOR, 1976:341). Assim, o que ele chama de *sentido da colonização* moldou, segundo Caio Prado, a estrutura sócio-econômica brasileira, o que o autor deixa claro a partir da seguinte afirmativa: “A economia agrária brasileira não se constituiu na base da produção individual ou familiar, e da estrutura parcelária da terra, como na Europa, e sim se estruturou na grande exploração agrária voltada para o mercado” (PRADO JÚNIOR, 1979:170).

O sentido da colonização foi direcionado a partir das riquezas disponíveis: “Aqui, uma só riqueza: os recursos naturais; daí uma só forma de exploração: a agricultura ou a pecuária, subordinadas ambas à posse fundiária” (PRADO JÚNIOR, 1975:16). A partir de sua exploração deu-se, ainda, o processo de povoamento que é, para Caio Prado, a chave para a compreensão da história brasileira: “O povoamento é e sempre foi o capítulo mais importante e fundamental da nossa vida coletiva. Afinal de contas, toda a história do Brasil não é senão a história do povoamento e ocupação de um grande território semideserto” (PRADO JÚNIOR, 1975:209). E a extensão territorial alcançada pela colônia é, ao mesmo, promessa e peso a ser carregado:

Obra considerável e fator básico da grandeza futura do Brasil; mas, ao mesmo tempo, ônus tremendo que pesará sobre a colônia e depois sobre a nação, provocando como provocou esta disseminação pasmosa e sem paralelo que aparta e isola os indivíduos, cinde o povoamento em núcleos esparsos de contato e comunicação difíceis, muitas vezes até impossíveis (PRADO JÚNIOR, 1976:37).

Por outro lado, a propriedade rural foi, para ele, a chave para o exercício do poder no período colonial, o que o leva a afirmar: “Se dentro do sistema político vigente na colônia só descobrimos a soberania, o poder político da Coroa, vamos encontrá-lo, de fato, investido nos proprietários rurais, que o exercem através das administrações municipais” (PRADO JÚNIOR, 1975:30).

A explicação dada pelo autor ao sentido da colonização – expressão que funciona como eixo de sua obra – pode ser melhor compreendida se a contrastarmos com as explicações elaboradas por Gilberto Freyre e Sérgio Buarque; intérpretes do Brasil que formam, no pensamento social brasileiro, uma tríade, como propõe Antonio Cândido, que, articulando um evidente contraste com o pensamento de Gilberto Freyre, acentua o caráter desmistificador do pensamento de Caio Prado. Tal obra, segundo ele, “desmistificava a aura que envolvia certos conceitos como patriarcado ou elite rural, apresentando uma visão ao mesmo tempo objetiva e radical, que encarna as tendências mais avançadas do pensamento renovador dos anos 1930 (CÂNDIDO, 1987:191). E uma distinção fundamental entre os autores pode ser traçada a partir da seguinte observação de Slenes: “A ênfase de Prado na dissolução moral do escravo e, em seguida, na devassidão geral de todos os grupos sociais obedecia a uma estratégia política: contribuía à condenação do legado sócioeconômico do sistema colonial português, que Freyre, apesar da ambigüidade de sua análise, insistia em defender” (SLENES, 1999:30)

Já Gorender ressalta a singularidade da análise do patriarcalismo levada a cabo pelo autor: “O peculiar na sua abordagem consiste em que o patriarcalismo, embora seja dito que brotava do regime econômico, recebe significado unicamente de fenômeno superestrutural ou, se quiser, de epifenômeno cultural” (GORENDER,

1985:280). Não obstante tais diferenças, Caio Prado retoma os parâmetros freyreanos em sua descrição das relações de poder constituídas no contexto do patriarcalismo, ao acentuar:

Constitui-se assim no grande domínio um conjunto de relações diferentes das de simples propriedade escravista e exploração econômica. Relações mais amenas, mais humanas, que envolvem toda sorte de sentimentos afetivos. E se de um lado estas novas relações abrandam e atenuam o poder absoluto e o rigor da autoridade do proprietário, doutro elas a reforçam, porque a tornam mais consentida e aceita por todos (PRADO JÚNIOR, 1976:289).

E o pensamento de Caio Prado possui, por sua vez, consonâncias com o de Sérgio Buarque, por exemplo, na relação entre o campo e a cidade estabelecida por ambos. Esta (a cidade) surge em continuidade, e não em oposição ao campo, como acentua Almeida, “até porque esse campo ‘rural’ teve, desde o início, uma ligação umbilical e dependente com o acúmulo de capital que se fazia nos centros, em seus burgos, e em benefício da burguesia local” (ALMEIDA, 1996:19).

Mas a diferença básica entre Caio Prado e Freyre reside nas perspectivas opostas a partir das quais cada um avalia a ação de Portugal e a herança legada pelos portugueses ao Brasil. Se Freyre tem, com frequência, uma visão apologética do papel desempenhado pela Coroa portuguesa no Brasil, a condenação levada a cabo por Caio Prado no que tange a tal papel é integral, sem atenuantes, e a incapacidade, negligência e inércia, que, segundo ele, foi por ela demonstrada em Minas Gerais, retrata-a. Há mais, porém: “Se no terreno da eficiência é este o retrato da adminis-

tração colonial, não é ele mais avantajado no da moralidade. De alto a baixo da escala administrativa, com raras exceções, é a mais grosseira imoralidade e corrupção que domina desbragadamente” (PRADO JÚNIOR, 1976:335). E, da mesma forma, a ação dos contratadores em Minas Gerais exemplifica, para Caio Prado, a mistura predatória entre interesses particulares e públicos que marcou a ação da Coroa, já que “o poder público, que tem ou deve ter em mira circunstâncias e interesses que não o de simples arrecadador de rendas, não é o particular cujo único objetivo é cobrir-se do que pagou pelo contrato e ainda embolsar um lucro apreciável” (PRADO JÚNIOR, 1976:322).

Qual era, segundo Caio Prado, o objetivo almejado pelos portugueses no Brasil? “O que estes aspiravam para sua colônia americana é que fosse uma simples produtora e fornecedora de gêneros úteis ao comércio metropolitano e que se pudessem vender com grandes lucros nos mercados europeus” (PRADO JÚNIOR, 1977a:55). Daí o sentido da colonização: “Todas as suas atividades giram em torno deste fim precípua de fornecer ao comércio internacional alguns produtos tropicais de alto valor mercantil, metais e pedras preciosas. O mais é secundário, acessório, e serve apenas para tornar possível a realização daquele fim” (PRADO JÚNIOR, 1977a:103). E ainda, em relação ao que chama de “distribuição geográfica e social do elemento branco na população brasileira”, Caio Prado acentua: “O que a respeito sabemos é que quando não se dirigem para os postos da administração ou profissões liberais, e quando não podia o recém vindo, por falta de recursos, tornar-se desde logo proprietário ou fazendeiro, são em regra as ocupações comerciais que procuram” (PRADO JÚNIOR, 1976:88).

Caracteriza a formação social brasileira, tanto no período colonial quanto no Império, seu caráter disperso, baseado em unidades produtoras auto-suficientes e com escasso contato com o meio social mais amplo. Segundo ele, “exatamente como o engenho de açúcar, a fazenda de café é um mundo em miniatura quase independente e isolado do exterior, e vivendo inteiramente para a produção do seu gênero” (PRADO JÚNIOR, 1977a:167). Tal caráter, assim, se foi estruturado no período colonial, permaneceu sendo historicamente dominante, o que faz com que, em conferência pronunciada em 1946, o autor veja o Brasil com desalento: “Com a exceção de algumas aglomerações urbanas, e raríssimas zonas rurais, o resto do país é um triste testemunho de ruínas e de decadência precoce. Resultado necessário e fatal dos nossos efêmeros períodos de prosperidade” (PRADO JÚNIOR, 1975:212). Temos, portanto, uma continuidade entre o presente e o passado colonial que é formulada com a maior clareza possível, e que faz ser possível definirmos, na obra do autor, não apenas um sentido da colonização mas, também, um sentido da continuidade que encontra-se intimamente relacionado a este. Afirma, então, Caio Prado:

O acentuado grau de concentração da propriedade fundiária que caracteriza a generalidade da estrutura agrária brasileira, é reflexo da natureza de nossa economia, tal como resulta da formação do país desde os primórdios da colonização, e como se perpetuou, em suas linhas gerais e fundamentais, até os nossos dias (PRADO JÚNIOR, 1979:47).

Presente e passado se fundem com o primeiro retomando o segundo, e, neste contexto, o regime militar incorpora elementos históricos que estruturaram o período colonial, o que Caio Prado constata em texto escrito em 1978: “Se houve alguma modi-

ficção de 1964 a esta parte, foi no sentido de consolidar, repetir sob novas formas e estender os velhos padrões, no fundamental, do passado colonial, isto é, o fornecimento e disponibilidade de mão-de-obra de fácil exploração e custo mínimo” (PRADO JÚNIOR, 1979:9). E o fundamental, para ele, é promover a ruptura com este passado, representado por uma estrutura socioeconômica voltada para o atendimento de interesses externos a partir de “contingentes populacionais incorporados ao sistema pela força na qualidade exclusiva de simples fornecedores de mão-de-obra” (PRADO JÚNIOR, 1979:12).

Tal continuidade se dá em termos excludentes: “Numa palavra, a utilização da terra continua a se fazer hoje, como no passado, não em função da população que nela trabalha e exerce suas atividades, e sim essencialmente e em primeiro lugar, em função de interesses comerciais e necessidades inteiramente estranhas àquela população” (PRADO JÚNIOR, 1979:50). E, dentro do sentido da continuidade proposto pelo autor, o vínculo com o passado se dá em termos de manutenção de relações trabalhistas vinculadas a “restos escravistas ou servis, e relações semi-escravistas ou semi-servis”, gerando uma relação de proximidade e continuidade na qual “o tipo de relações de trabalho que precederam as atuais, e que aliás ainda se acham muito próximas no tempo, pouco mais de duas gerações, foi o trabalho escravo” (PRADO JÚNIOR, 1979:67).

Tais sobrevivências, contudo, não se dão em contradição ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Pelo contrário, favoreceu na medida em que “longe de constituírem obstáculos ao progresso e desenvolvimento do capitalismo, lhe tem sido altamente favorável, pois contribuem para a compressão da remuneração do trabalho,

ampliando com isso a parte da mais-valia, e favorecendo por conseguinte a acumulação capitalista” (PRADO JÚNIOR, 1977b:97).

Quais são então, segundo Caio Prado, os principais efeitos da herança colonial brasileira?

Constituímos, ainda, numa perspectiva ampla e geral em que desaparecem as situações excepcionais relativamente escassas, um aglomerado humano heterogêneo e inorgânico, sem estruturação econômica adequada, e em que as atividades produtivas de grande significação e expressão não se acham devidamente entrosadas com as necessidades próprias da massa da população (PRADO JÚNIOR 1977b:158).

A herança colonial manteve, proclamada a Independência e pelas décadas afora, o descompasso entre meio urbano e meio rural: “Vive-se em regra, nos centros urbanos brasileiros, tão afastado do que se passa nos setores rurais, que é só muito vagamente que se têm notícias da profundidade da crise social que aí lavra latente” (PRADO JÚNIOR, 1979:128). E serviu como obstáculo intransponível ao processo de industrialização, tendo faltado ao Brasil, durante o Império, o que Caio Prado chama de condição essencial de vida para a indústria fabril: “um mercado amplo e em contínua expansão, o que as condições sociais e econômicas da grande massa da população brasileira não podiam oferecer” (PRADO JÚNIOR, 1977a:199).

Constatados, pois, seus efeitos, a questão colocada por Caio Prado é como superar tal herança, ou seja, como romper o sentido dado à história do Brasil pela herança colonial. E quais são, então, os caminhos propostos?

O sentido da evolução e a dinâmica do processo evolutivo da economia agrária brasileira se encontra na apuração da relação de emprego, ou seja, a complementação da transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e que implica e compreende a superação completa e definitiva do miserável estatuto social e econômico do trabalhador rural que herdamos do passado colonial e escravocrata do País, e que se prolonga sobretudo nos ínfimos padrões materiais da população trabalhadora do campo (PRADO JÚNIOR, 1979:159).

Caio Prado define a existência de dois setores na economia brasileira; um, vinculado aos produtos de exportação, e o outro, voltado para a fornecimento dos meios de subsistência para os trabalhadores ligados ao primeiro setor (PRADO JÚNIOR, 1977a:41). E, a partir de tal constatação, o sentido da continuidade é enfaticamente afirmado pelo autor: “Embora numa forma mais complexa, o sistema colonial brasileiro continua em essência o mesmo do passado, isto é, uma organização fundada na produção de matérias-primas e gêneros alimentares demandados nos mercados internacionais” (PRADO JÚNIOR, 1977b:89). Mas, se o capitalismo brasileiro herdou a estrutura colonial de dominação e espoliação, é através dele, contudo, que tais estruturas poderão ser superadas: “É no interior do próprio capitalismo, e nas contradições específicas por ele geradas que se encontram os fatores capazes de levar à superação e eliminação do que sobra de colonialismo nas relações de trabalho e produção da economia brasileira e no estatuto do trabalhador rural” (PRADO JÚNIOR, 1977b:100).

A alternativa proposta pelo autor é eminentemente nacionalista, com o nacionalismo fundamentando sua análise econômica, como acentua Iglésias:

Aponta o entrave ao desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, como o Brasil, pela decadência e subordinação em que se acham do sistema internacional do capitalismo trustificado. Mostra a necessidade para os países periféricos de uma teoria econômica que seja expressão autêntica de suas experiências, fundada pois em seu processo histórico (IGLÉSIAS, 1982:37).

O nacionalismo de Caio Prado leva-o, nos anos 50, a estabelecer uma dicotomia. Segundo Ricupero, “Caio vê o ‘desenvolvimento para fora’, principalmente através da exportação de matérias-primas, como o grande problema do Brasil, naturalmente a ser corrigido através de um ‘desenvolvimento para dentro’, onde a industrialização tem papel predominante” (RICUPERO, 1997:66). E, neste sentido, ainda, um companheiro de militância define a saída proposta pelo autor: “A solução seria – sustentava Caio Prado – o Brasil fabricar no próprio país os artigos de que necessitava e criar, pela elevação do nível de vida de nossa população rural, o mercado interno para sua própria indústria” (CHAVES NETO, 1977:140).

Caio Prado chega a apontar para um processo de internalização dos fatores decisivos do processo de desenvolvimento econômico brasileiro, ao afirmar:

O crescimento quantitativo e qualitativo da população e sua integração num todo social orgânico, corresponde à ampliação e diversificação das necessidades econômicas, e, pois, à formação e desenvolvimento de um mercado interno que se irá emparelhar e tende mesmo a superar o externo, de início o único existente (PRADO JÚNIOR, 1977b:82).

Mas, não obstante tal análise, para Caio Prado, o sentido da colonização tornou o Brasil vulnerável à intervenção do capital estrangeiro: “Esta é a circunstância principal que tornará o Brasil tão vulnerável à penetração do capital financeiro internacional quando o capitalismo chega a esta fase do seu desenvolvimento” (PRADO JÚNIOR, 1977a:270). E intervenção que termina por atualizar o antigo estatuto colonial, dando a ele uma dimensão de continuidade. Tal situação condena o Brasil à heteronomia e a uma inserção dependente no cenário internacional: “É assim que se conta a verdadeira história econômica moderna. O Brasil, como os demais povos de sua categoria, não conta senão como massa inerte de manobra, não é senão parcela insignificante num todo imenso em que se dilui e desaparece” (PRADO JÚNIOR, 1977a:279). Tal continuidade, por fim, registra-se no desenho da estrutura agrária brasileira, mas formata, também, o processo de industrialização, que desenvolve-se à margem e à revelia dos interesses nacionais e a partir de decisões oriundas de centros externos aos quais a economia nacional está subordinado: “É ao acaso – acaso para nós – dos impulsos e iniciativas desses centros que se está desenvolvendo e se desenvolverá sempre mais, a persistirem as circunstâncias vigentes, o processo de industrialização do Brasil. Não é difícil avaliar o que isso significa em matéria de deformação daquele processo” (PRADO JÚNIOR, 1977a:324).

O imperialismo, em síntese, não oferece nenhuma perspectiva aceitável ao Brasil. Nele, “não passaremos nunca de retardatários cada vez mais distanciados, um complemento periférico e simples apêndice daqueles centros” (PRADO JÚNIOR, 1977a:330). Em síntese, fora de um ideário e de uma ação política nacionalistas, para Caio Prado, não há salvação.

A AGRICULTURA, O PASSADO E O FUTURO

A estrutura agrária brasileira representa melhor que nenhuma outra, na análise de Caio Prado, o sentido da continuidade, o que Rego acentua em seu estudo sobre o autor: “O fato relevante e conclusivo é que, mesmo com as transformações ocorridas na dinâmica exportadora de nossa economia e nas relações de trabalho, a ‘natureza estrutural da grande exportação’ não foi afetada” (REGO, 2000:57). Já Ricupero acentua a influência do conceito leninista de via prussiana sobre a análise da questão agrária do autor, vista por ele como o ponto nevrálgico da economia brasileira. Tal análise tinha como característica o desenvolvimento capitalista adaptando-se à rotina e às tradições da grande propriedade rural, tal como já acontecera na Alemanha dos Junkers (RICUPERO, 2000:184). Fazendo isso, contudo, ainda segundo Ricupero, ele termina praticamente por ignorar o universo urbano e o significado da industrialização no Brasil. Tal fato se reflete no acanhamento de seu programa político, elaborado, em sua maior parte, nos anos 60, e que propõe basicamente “a melhoria das condições de vida do trabalhador rural, mudança que abriria caminho para a superação definitiva da situação colonial e transformação do Brasil em Nação integrada” (RICUPERO, 2000:222).

Para melhor situarmos, neste aspecto fundamental, a análise elaborada por Caio Prado, tomemos a descrição que Rodrigues faz da trajetória deste no PCB:

Com cerca de 25 anos, foi vice-presidente da Aliança Nacional Libertadora, em São Paulo. Depois do malogro do levante, ficou preso dois anos. Solto, foi para Paris onde viveu de 1937 a 1939. Nas eleições de janeiro de 1947, foi eleito deputado pelo PCB, em São Paulo. Embora ligado ao Partido, e apre-

sar de ser reconhecido como o mais importante historiador marxista brasileiro, não teve posição de destaque na direção do PCB, da qual divergia no que diz respeito à caracterização da agricultura brasileira como semifeudal (RODRIGUES, 1986:392).

De fato, a estrutura fundiária brasileira difere do feudalismo, segundo Caio Prado, em um ponto crucial: Este se caracteriza exploração parcelária da terra, ocupada e trabalhada por pequenos produtores. Já o contexto histórico brasileiro apresenta características inteiramente distintas: “A grande propriedade rural brasileira tem origem histórica diferente, e se constituiu na base da exploração comercial em larga escala, isto é, não-parcelária, e realizada com o braço escravo introduzido conjuntamente com essa exploração, e por ela e para ela” (PRADO JÚNIOR, 1977b:45).

Neste contexto, a agricultura brasileira desenvolveu-se, no período colonial, em ritmo de barbárie: “Processos bárbaros, destrutivos, explicáveis e mesmo insubstituíveis na primeira fase da ocupação; mas que começavam já, pela insistência neles, em fazer sentir seus efeitos devastadores” (PRADO JÚNIOR, 1976:135). A rotina e a ignorância foram assim, segundo Caio Prado, as principais características da agricultura colonial, e o principal responsável por tal situação foi “o sistema geral da colonização fundada no trabalho ineficiente e quase sempre semibárbaro do escravo africano” (PRADO JÚNIOR, 1976:139). Superar a herança colonial de forma a romper o sentido da continuidade surge aqui, mais uma vez, como tarefa primordial, mas as estratégias propostas pelo autor mudam consideravelmente em um espaço de poucos anos, com o golpe de 64 surgindo como elemento catalisador de tal mudança.

O trabalho assalariado agrícola é visto por ele, em 1946, como um mal: “O salariado, se não tem inconvenientes particulares quando se trata de indústria, é altamente danoso na agricultura, cujo trabalho não é puramente mecânico e controlável, como em outras atividades” (PRADO JÚNIOR, 1975:218). E a reforma agrária é vista como a solução que permitirá, por fim, a erradicação de uma herança nefasta: “A reforma agrária pelo retalhamento forçado dos grandes domínios representa assim a linha progressista da evolução econômica e social do campo brasileiro, e se destina a varrer as últimas sobrevivências da herança colonial e escravista que ainda pesam sobre nós” (PRADO JÚNIOR, 1975:246).

Caio Prado define reforma agrária como “a elevação dos padrões de vida da população rural, sua integração em condições humanas de vida, o que está longe ainda de ser o caso em boa parte do Brasil” (PRADO JÚNIOR, 1979:88). E ele define, a partir daí, seu objetivo, que é “proporcionar e facilitar ao máximo o acesso à propriedade da terra pelos trabalhadores rurais, permitindo-lhes com isso a utilização própria da terra” (PRADO JÚNIOR, 1979:105). E o que ele entende por questão agrária?

E ela se resume nisto que a grande maioria da população rural brasileira, a sua quase totalidade, com exclusão unicamente de uma pequena minoria de grandes proprietários e fazendeiros, embora ligada à terra e obrigada a nela exercer sua atividade, tirando daí seu sustento, se encontra privada da livre disposição da mesma terra em quantidade que baste para lhe assegurar um nível adequado de subsistência (PRADO JÚNIOR, 1979:32).

Em 1960, Caio Prado define a concentração fundiária como questão primordial: “Decorrem daí os ínfimos padrões de existên-

cia daquela considerável parcela da população brasileira — padrões materiais, e como consequência, também culturais” (PRADO JÚNIOR, 1979:15). E mesmo as precárias condições de trabalho relacionadas às atividades industriais, e o baixo nível de vida, verificado nas áreas urbanas, tem suas origens na questão agrária e suas soluções, portanto, estão a ela relacionadas. Devem-se, em síntese, “ao potencial de mão-de-obra de baixo custo que o campo oferece e que concorre permanentemente no mercado de trabalho urbano, deprimindo-lhe o preço” (PRADO JÚNIOR, 1979:18).

A reorganização da sociedade e da economia nacional — da vida brasileira, em síntese — passa, segundo Caio Prado, pelo campo. Passa pelo retalhamento da propriedade fundiária e pela adoção de medidas de amparo efetivo, técnico e financeiro ao campesinato. E o autor conclui:

É somente assim que se assegurará o seu pleno desenvolvimento, e o encaminhamento da reestruturação de nossa economia agrária em novas bases, superando-se com isso, definitivamente, o estágio ultrapassado no plano atual de nossa evolução, e já anacrônico, da grande propriedade de tipo colonial (PRADO JÚNIOR, 1977a:256).

Em **A revolução brasileira**, publicado seis anos depois, já assistimos, porém, a uma radical inversão de prioridades e, aqui, o autor acentua: “A reivindicação pela terra se liga, entre nós, quando ocorre, a circunstâncias muito particulares e específicas de lugar e momento. E tem sua solução, por isso, em reformas ou transformações também de natureza muito particular e específica” (PRADO JÚNIOR, 1977b:52). Aqui, as relações de trabalho já são definidas como predominantes na agropecuária brasileira, com uma conse-

quência: “Decorre daí que o conflito básico nela presente – como aliás se verifica nos fatos — gira em torno da reivindicação, pelos trabalhadores empregados, de condições mais favoráveis de trabalho, como sejam melhor remuneração, segurança no emprego, tratamento adequado, etc.” (PRADO JÚNIOR, 1977b:137).

O baixo nível cultural do agricultor brasileiro surge como empecilho para seu engajamento em reformas estruturais ligados à questão fundiária: “Faltar-lhe-iam mesmo, em regra, qualidades e condições para isso e para seu estabelecimento por conta própria: tradição cultural, conhecimentos, experiência, iniciativa, já para não falar em recursos materiais. E é a isso que corresponderia sua reivindicação pela posse e ocupação da terra” (PRADO JÚNIOR, 1977b:141). E a questão da terra é definida por Caio Prado como secundária e relacionada a outra questão, esta sim, prioritária: “Acha-se mesmo vinculada, de certa forma, com a contradição principal incluída no processo histórico-social da economia agrária brasileira, e que vem a ser aquela que diz respeito às relações de emprego na grande exploração” (PRADO JÚNIOR, 1977b:148).

A questão agrária é, para Caio Prado, portanto, a chave de compreensão da realidade brasileira, e resolvê-la é abrir caminho para o desenvolvimento autônomo e para a modernidade; uma modernidade, porém, cuja chegada não se daria mais a reboque de interesses externos. Mas ele manifesta nos anos 60, porém, segundo Santos, sua descrença na capacidade de modernização do capitalismo brasileiro:

Ele voltava a fazer a comparação do caso brasileiro com a Europa e os Estados Unidos, para frisar que, sem possuir o impulso da epopéia burguesa clássica, o capitalismo brasileiro

tardio já não cumpriria a missão de difusão do progresso, integrando e homogeneizando, geográfica e socialmente o país (SANTOS, 2001:121).

A burguesia brasileira não é vista por ele, portanto, como um agente histórico confiável, o que ajuda a explicar sua adesão ao marxismo. De fato, interessa a Caio Prado, na experiência bolchevique por ele analisada nos anos 30, o caráter modernizante do qual ela se revestia; suas capacidade de acelerar o processo de transformação histórica. Segundo Montalvão, “essas transformações iriam servir como modelo às mudanças que ele considerava necessárias ao Brasil, na busca da superação de uma sociedade ainda marcada pelo aviltamento do trabalho, graças à sua origem escravista” (MONTALVÃO, 2002:109). Por outro lado, sua análise do processo brasileiro de modernização peca por desconsiderar em larga escala o caráter urbano e industrial do qual ele se revestiria. Excessivamente preso ao sentido da continuidade expresso na estrutura agrária brasileira, Caio Prado não soube perceber a nova dinâmica sócioeconômica que se avizinhava.

Mas, se neste aspecto, sua obra tornou-se datada, sua importância segue inquestionável. Mota define **Evolução política do Brasil** como “a obra que certamente representa o início do redescobrimto do Brasil” (MOTA, 1977:28). E tal redescoberta, da qual Caio Prado foi um dos autores, ganhou, em sua obra, um sentido revolucionário cuja influência ainda não cessou e, por isso, permanece sendo questionada; a obra de Caio Prado Júnior é um marco a ser questionado, mas jamais a ser ignorado.

BIBLIOGRAFIA:

- ALMEIDA, Ângela Mendes de. Notas de leitura sobre uma visão historiográfica do campo. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, num. 40. São Paulo: USP, 1996
- AMARAL, Azevedo. Evolução da política imperial. In: **Cultura Política**, num. 5. Rio de Janeiro: DIP, 1941
- BARREIRA, José Carlos. A memória do trabalho. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior**. São Paulo: Brasiliense/Editora UNESP, 1989, p. 101-109
- CÂNDIDO, Antônio. **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1987
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. A questão racial. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior**. São Paulo: Brasiliense: Editora UNESP, 1989, p. 347-354
- CHAVES NETO, Elias. **Minha vida e as lutas de meu tempo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Impasses do inorgânico. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior**. São Paulo: Brasiliense: Editora UNESP, 1989, p. 377-406
- GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1985
- IANNI, Octávio. **A idéia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1994
- IGLÉSIAS, Francisco. Um historiador revolucionário. In: _____ (Org.). **Caio Prado Júnior**. São Paulo: Ática, 1982, p. 7-44
- IUMATTI, Paulo Teixeira. **Diários políticos de Caio Prado Júnior: 1945**. São Paulo: Brasiliense, 1998

- _____. Cidadania e questão agrária: Caio Prado Júnior e a cidade de São Paulo (1943-1946). In: **Projeto História**, num. 19. São Paulo: PUC-SP, 1999, p. 145-172
- MONTALVÃO, Sérgio. O intelectual e a política: a militância comunista de Caio Prado Júnior (1931-1945). In: **Revista de História Regional**, vol. 7, num. 1. Ponta Grossa: UEPG, 2002, p. 105-126
- MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira**: pontos de partida para uma revisão histórica. São Paulo: Ática, 1977
- NOVAIS, Fernando A.. Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica. In: **Anais do IV Simpósio Nacional de Professores Universitários de História**. São Paulo: USP, 1969, p. 243-268
- ODÁLIA, Nilo. A vocação do historiador. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior**. São Paulo: Brasiliense: Editora UNESP, 1989, p. 111-114
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Brasiliense, 1975
- _____. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1976
- _____. Paulo: Brasiliense, 1977a
- _____. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1977b
- _____. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1979
- REGO, Rubem Murilo Leão. **Sentimento do Brasil- Caio Prado Júnior**: Continuidades e mudanças no desenvolvimento da sociedade brasileira. Campinas: Editora da Unicamp, 2000
- REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagem a FHC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999
- RICUPERO, Bernardo. A aventura brasileira do marxista Caio

- Prado Jr.. In: **Revista de Sociologia Política**, num. 8. Curitiba: UFPR, 1997, p. 55-71
- _____. **Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2000
- RODRIGUES, Leoncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**, t. III, v. III. São Paulo: DIFEL, 1986
- SANTOS, Raimundo. **Caio Prado Júnior na cultura política brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2001
- SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999
- SOUZA, Ricardo Luiz de. Os caminhos da modernidade em Azevedo Amaral. In: **Sociedade e Cultura**, vol. 8, num. 1. Goiânia: UFG, p. 71-81
- VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. In: **Tempo**, vol. 4, num. 8. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999, p. 7-22



